

## 1.DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ

**Estudo Técnico Preliminar 109/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64450.004301/2025-53

**2. Descrição da necessidade**

2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, dedetização, desinsetização e desratização, descupinização e limpeza de reservatório de água, com fornecimento de material e mão de obra qualificada, nas dependências internas e externas do 1º Depósito de Suprimento e Unidades participantes, do Rio de Janeiro-RJ

2.2 Conforme descrito no nº 4 deste documento, o LIAB do 1º DSup foi o setor que formalizou demanda para a contratação de empresa especializada em controle de pragas e vetores urbanos para o 1º Depósito de Suprimento;

2.3 As justificativas da unidade constam do Documento de Formalização da Demanda, em anexos, cabendo de as mesmas destacar:

2.3.1 Os objetos requisitados são destinados a atender as necessidades do 1º D Sup.

2.3.2 A necessidade da contratação se evidencia na necessidade de atender a demanda do Classe I - Câmaras Frigoríficas para melhorar a gestão dentro do depósito no que tange a tráfego de carga que ocorre diariamente no mesmo.

2.4 Os serviços são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021, in verbis: “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
LIAB	DANIELLE PINHEIRO GOMES DO NASCIMENTO

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1 O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei nº 14.133/21.

4.2 O prazo de realização dos serviços é de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho (NE) ou de outro documento equivalente, em remessa única nos seguintes endereços: 1º DSup – 1º Depósito de Suprimento - localizado à Rua Doutor Garnier nr 390, Bairro Rocha, Cidade de Rio de Janeiro - RJ, CEP 20975-000

4.3 O material é necessário tendo em vista que o 1º DSup tem por missão atender a demanda do Classe I - Câmaras Frigoríficas para melhorar a gestão dentro do depósito no que tange a tráfego de carga que ocorre diariamente no mesmo e para isso necessita realizar a aquisição do objeto referenciado no Anexo I.

4.4 Deverá atender aos critérios e práticas de sustentabilidade:

- 4.4.1 Para as peças e acessórios aplicados nos serviços executados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 4.4.2. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado se for o caso.
- 4.4.3 São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queimam a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; UASG 160202 Estudo Técnico Preliminar 36/2024 2 de 7 - outras formas vedadas pelo poder público.
- 4.4.4 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 4.4.5 Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venham a serem misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, a Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 4.4.6 Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entrega-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebe-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 4.4.7 Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 4.4.8 Que detém os requisitos ambientais para a obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.4.9 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.4.10 Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
- 4.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 4.6 Segundo o art. 18 do Código Defesa do Consumidor – CDC no período de garantia, a contratada, independentemente de ser ou não fabricante do material, obriga-se a substituir ou reparar, sem ônus para o 1º DSup, o produto que apresentar defeitos ou incorreções, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada aos serviços especializados de controle de pragas urbanas, vetores e higienização de reservatórios de água, observando-se os parâmetros do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 58/2022.

5.2 A pesquisa contemplou análise de contratações públicas similares, consultas ao Painel de Preços do Governo Federal, propostas comerciais especializadas e avaliação das práticas usuais do mercado de controle integrado de vetores e pragas urbanas.

5.3 Verificou-se que o mercado atua predominantemente mediante terceirização especializada, com execução dos serviços por empresas licenciadas pelos órgãos sanitários competentes, utilizando mão de obra qualificada, responsável técnico habilitado, equipamentos específicos e produtos saneantes domissanitários devidamente registrados.

5.4 Constatou-se ainda que o objeto pretendido pela Administração possui elevada complexidade operacional e sanitária, abrangendo múltiplas metodologias de controle, incluindo:

- desinsetização;
- desratização;
- descupinização;
- controle vetorial de mosquitos;
- instalação e monitoramento de armadilhas luminosas;
- aplicação de inseticidas microencapsulados;
- pulverização residual;
- aplicação em gel;
- termonebulização (FOG);
- controle larvário;
- higienização e desinfecção de reservatórios;
- emissão de laudos laboratoriais de potabilidade;
- emissão de relatórios técnicos operacionais.

5.5 As soluções identificadas no mercado demonstraram que os custos operacionais variam significativamente conforme:

- grau de infestação;
- periodicidade;
- área operacional;
- espécies controladas;
- tecnologias empregadas;
- exigências laboratoriais;
- mobilização operacional;
- atendimento em áreas alimentícias;
- exigências sanitárias e ambientais.

5.6 Foram avaliadas as seguintes alternativas:

### 5.6.1 — Execução direta pela Administração

A alternativa mostrou-se inviável em razão:

- da inexistência de equipe técnica especializada;
- da ausência de responsável técnico habilitado;
- da necessidade de licenciamento sanitário específico;
- da necessidade de aquisição e armazenamento de produtos químicos controlados;
- da inexistência de equipamentos especializados;
- da necessidade de emissão de laudos laboratoriais por laboratório habilitado.

Além disso, a execução direta transferiria à Administração elevados custos operacionais, sanitários e de responsabilidade técnica.

### 5.6.2 — Contratação fragmentada por tipo de serviço

A contratação individualizada por espécie de praga ou por metodologia operacional mostrou-se administrativamente desvantajosa, pois geraria:

- multiplicidade contratual;
- aumento dos custos administrativos de fiscalização;
- sobreposição operacional;
- dificuldade de coordenação das execuções;
- aumento do risco de descontinuidade;

- maior dificuldade de responsabilização técnica integrada.

### 5.6.3 — Contratação integrada por empresa especializada

A solução mostrou-se mais vantajosa técnica e economicamente, por permitir:

- padronização operacional;
- centralização da responsabilidade técnica;
- maior controle sanitário;
- maior eficiência administrativa;
- melhor rastreabilidade dos serviços;
- maior economicidade operacional;
- integração dos controles preventivos e corretivos;
- emissão centralizada de relatórios e laudos.

6. Dessa forma, concluiu-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços de controle de pragas urbanas, vetores e higienização de reservatórios, mediante fornecimento integral de mão de obra, insumos, equipamentos, produtos químicos, análises laboratoriais, relatórios técnicos e garantia operacional dos serviços executados.

7. A solução adotada encontra ampla aderência às práticas usuais do mercado especializado e às contratações similares realizadas pela Administração Pública.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 A natureza desta contratação, dadas suas características, enquadra-se no de bens e serviços comuns de que tratam a Lei nº 14.133/21, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e as características gerais e específicas de sua prestação, que são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto ser licitado por meio do Pregão Eletrônico.

6.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.4 A licitante vencedora deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e produtos em quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços, nas áreas internas e externas da Contratante.

6.5 Os serviços deverão ser executados de forma cuidadosa, criteriosa e apropriada, de modo a evitar danos materiais, pessoais e ambientais, e compreendem:

6.5.1 **Desratização** – consiste no combate ostensivo e direto a roedores, por meio de aplicação de iscas raticidas com poder fulminante com ressecamento e ausência de odores desagradáveis após o extermínio das pragas, que não permitem a circulação de ratos envenenados. As iscas utilizadas para a desratização deverão ser revisadas e, se necessário, recolocadas, durante o período de garantia dos serviços.

6.5.2 **Desinsetização** - combate ostensivo a aranhas, escorpiões, baratas, pulgas, carrapatos, barbeiros (triatomíneos) e mosquitos (Culex, Aedes, Anopheles e ebotomíneos);

6.5.2.1 Deverá ser utilizado, na desinsetização, sistema de cruzamento envolvendo aplicação de spray, gel, pó molhado e, “fog”:

6.5.2.1.1 “Spray”: Composto de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local. Essa aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços do Campus Santana do Livramento.

6.5.2.1.2 “Gel”: Aplicação específica a ser utilizada em todo o mobiliário (armários, mesas, gaveteiros, dobradiças, etc.) e demais pontos estratégicos.

6.5.2.1.3 Pó molhado: Aplicação com pulverizador manual em bico-leque (80.20), a uma distância de aprox. 40cm da superfície a ser tratada, devendo atingir paredes, tetos, pisos, portas, janelas, batentes, amontoados de madeiras e pedras, entre outras

superfícies no intra e peri-domicílio.

6.5.2.1.4 “Fog”: (fumaça): Aplicação feita por meio da utilização de equipamentos especiais

6.5.3 **Descupinização** - combate ostensivo e direto de cupins (isópteros) utilizando, sistema de cruzamento de spray, pó e líquido (aplicado diretamente na madeira):

6.5.3.1 "Spray": Composto de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local. Essa aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços das do Campus Santana do Livramento.

6.5.3.2 Pó Molhado: Aplicação com pulverizador manual em bico-leque (80.20), a uma distância de aprox. 40cm da superfície a ser tratada, devendo atingir paredes, tetos, pisos, portas, janelas, batentes, amontoados de madeiras e pedras, entre outras superfícies no intra e peri-domicílio.

6.5.3.3 Líquido: Aplicação com equipamento spray (pulverizador), com trincha (diretamente na madeira) ou por imersão;

6.6 Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e ter, no mínimo, as seguintes características:

6.6.1 Não causarem manchas;

6.6.2 Serem antialérgicos;

6.6.3 Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;

6.6.4 Ser incolor;

6.6.5 Serem inofensivos à saúde humana;

6.6.6 Não danicarem ou causarem a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados;

**6.7 Deverão constar os produtos permitidos pela Portaria nº 10/85, e suas atualizações, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que, também, atender à Portaria nº 321/97 do mesmo Órgão, à RDC N.º47, de 25 de outubro de 2013, Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes, e dá outras providências.**

**6.8 Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.**

**6.9 Os serviços deverão ser executados em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais denidos na resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se asmetodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.**

6.10 A licitante vencedora deverá observar as seguintes etapas para a execução dos serviços:

6.10.1 Identificação de pragas e vetores;

6.10.2 Teste de sensibilidade dos produtos para o controle de pragas e vetores identificados nas áreas;

6.10.3 Identificação de focos de reprodução dos insetos;

6.10.4 Seleção e escolha de produto quanto à nalidade e ao modo de ação;

6.10.5 Utilização de técnicas e táticas adequadas para o controle de pragas e vetores identificados;

6.10.6 Utilização de equipamentos adequados.

6.10.7 Os serviços deverão ser executados por prossionais especializados e com a orientação de técnico habilitado.

6.11 Os prossionais deverão executar os serviços devidamente uniformizados, identificados por crachás e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para o serviço.

6.12 A licitante vencedora deverá encaminhar à scalização do 1º DSup relação contendo o nome dos funcionários que trabalharão nas dependências do mesmo, atualizando-a sempre que necessário.

6.13 Caberá, exclusivamente, à licitante vencedora o fornecimento de EPIs adequados ao risco, requeridos na execução das atividades, em perfeito estado de conservação e funcionamento e que possuam Certicado de Aprovação - C.A. expedido pelo Ministério do Trabalho e INMETRO.

6.14 A licitante vencedora deverá emitir, semestralmente, relatório dos serviços realizados, devidamente assinado pelo seu responsável técnico, discriminando todos os serviços executados, contendo: nome, endereço e telefone da licitante; o número do alvará da Secretaria de Saúde emitido para a empresa; nome do responsável técnico e o número do registro no Conselho Prossional correspondente; nome do prédio e o endereço do local da aplicação; o período de garantia coberto; pragas alvos; data da execução do serviço; produto aplicado, especicando seu princípio ativo e seu antidoto; precauções e recomendações para evitar intoxicação; e telefone para comunicação de qualquer emergência ou número do telefone do Centro de Informação Toxicológico mais próximo das áreas onde os serviços foram prestados.

6.15 Concluída a execução dos serviços, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1 Quanto aos quantitativos serem empregados, foram obtidos através de levantamento realizados pela Adj do LIAB do 1º DSUP com base nas medições precisas das áreas destinadas à execução do serviço.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

8.1 O valor estimado da contratação para o 1º Depósito de Suprimento é de R\$ 265.422,64 (duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos).

8.2 O referido valor estimado foi determinado após ampla pesquisa de preços seguindo os parâmetros da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, conforme Mapa Comparativo da Nota Técnica de Pesquisa de Preços.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1 Em regra, conforme inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/21, o objeto deverá ser dividido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala (Súmula 247 do TCU). O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2 O OBJETO contratação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, com preparação e aplicação dos produtos nas áreas do batalhão e com o fornecimento de todos os materiais por conta da contratada. A contratação abrangerá um grupo discriminado no Termo de Referência. Ele devem ser agrupado para melhor garantia dos serviços prestados.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Nada consta.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A aquisição pretendida consta do Planejamento Anual para as Aquisições e Contratações do 1º Depósito de Suprimento para o ano de 2026;

11.2 É facultado ao Exército Brasileiro integrar o Plano Anual de Contratações (PAC), nos termos abaixo transcritos: Os ministérios militares poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG. (art 1º, Dec 1.094/1994)

## **12. Resultados Pretendidos**

12.1 Os serviços requisitados são destinados a atender a demanda do Adjunto do LIAB do 1º DSUP.

12.2 A contratação dos serviços é necessária para a conservação de um ambiente de trabalho salubre, minimizando os riscos à saúde dos servidores, alunos, terceirizados e visitantes, com o combate e eliminação de vetores e pragas urbanas, tais como roedores, baratas,

moscas, pulgas, percevejos, escorpiões, formigas, mosquitos, larvas de mosquitos, mosquito causador da dengue, cupins, pombos (repelente), etc., nas instalações do 1º Depósito de Suprimento.

12.3 A Contratação do serviço com preço dentro do praticado no mercado e no menor preço oferecido entre as empresas que se candidatarem a prestar o fornecer o material de acordo com os itens solicitados, propiciando economicidade e zelo pelo gasto público;

12.4 A contratação pretendida atende os requisitos de eficiência e eficácia será amplamente divulgado e adquirida pelo menor preço de mercado.

12.5 A cpaquisição pretendida atende a efetividade e o desenvolvimento nacional sustentável

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1 O Adjunto do LIAB do 1º Depósito de Suprimento deverá elaborar um cronograma com todas as atividades necessárias, que permitam, no mais curto prazo, a conclusão do serviço deste estudo, visando propiciar o cumprimento das atividades inerentes às atividades a serem realizadas e sem prejudicar o provimento que vem sendo realizado para todo o Exército Brasileiro;

13.2 O pessoal do LIAB do 1º DSup é capacitado para atuar na no processo de contratação e fiscalização do recebimento do serviçoateriais de acordo com as especificidades do objeto a ser adquirido (Não será necessária capacitação).

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

14.1.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

14.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

14.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

14.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.3 No fornecimento do material, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09 /2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, condicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

14.3.1 não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias



14.3.2 durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

14.3.3 É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;

14.3.4 As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

14.4 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

14.5 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

14.6 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

14.7 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes

14.8 É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”

14.9 Serão observadas as diretrizes, critérios e procedimentos e requisitos de sustentabilidade estabelecidos no Guia Nacional de Sustentabilidade da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS da AGU, que estarão descritos no Edital.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DANIELLE PINHEIRO GOMES DO NASCIMENTO**

Equipe de apoio

**DARWIN LUCIO GONCALVES JUNIOR**

Autoridade competente